



O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o artigo 68, inciso I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta à consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

**PROJETO DE LEI Nº 073/2018**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial na importância de até R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento municipal um crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

**Suplementação**

07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.00.000.0000.0.000.	DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.2.077.	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
1358 3.3.90.30.00.00	3 MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
07.005.00.000.0000.0.000.	DEPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
07.005.12.361.1201.2.103.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
1359 3.3.90.33.00.00	3 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	125.000,00
<b>Total Suplementação:</b>		<b>205.000,00</b>

**Art. 2º** - Os recursos indicados para cobertura do crédito autorizado conforme disposto no artigo anterior, serão os resultantes do excesso de arrecadação na respectiva fonte de recurso.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 18 de junho de 2018.

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**

## PROJETO DE LEI Nº 073/2018

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial na importância de até R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).

## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.  
Nobres Vereadores

Estamos encaminhando para apreciação desta Casa de Leis o Projeto de Lei em tela que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais). Este projeto trata-se de autorização de pagamentos de despesas de custeio na área da educação através de recursos financeiros repassados pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referente a Apoio Financeiro aos Entes que recebem o FPM – Fundo de Participação dos Municípios. O Referido recurso está amparado pela Resolução FNDE nº 11 de 18/05/2018, e pela Medida Provisória nº 815 de 29/12/2017.

Face ao exposto e considerando a sensibilidade, o comprometimento e a parceria demonstrados por este Legislativo, é que propomos o presente projeto de lei.

Atenciosamente

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**